
As Redes e Ecologias Comunicativas no Enfrentamento à Mineração em MG: ativismos socioambientais nas conexões de cidadãos e territórios atingidos¹

Luísa Silva Baraldo Paiva²

Adriana Bravin³

Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG.

Resumo

O presente artigo visa entender as formas de comunicação midiática em redes sociais cidadãs que se opõem à mineração de ferro em Minas Gerais e o contexto que se inserem. Explorando redes sociais decorrentes da renovação dos meios de tecnologia, analisa-se como essas redes compartilham informações, solidariedade e denúncias contra violações de direitos humanos. O estudo abrange o Quadrilátero Ferrífero-Aquífero (QFA), onde as mobilizações ganharam força após os desastres de Mariana (2015) e Brumadinho (2019). Em complemento, analisa-se como cidadãos, coletivos e movimentos usam redes digitais para se mobilizar, compartilhar ações e promover cidadania. O objetivo é entender essas ações comunicativas, tanto online quanto offline, para compreender a comunicação cidadã diante dos conflitos socioambientais com a mineração no QFA.

Introdução

O Estado de Minas Gerais possui um território historicamente marcado pela atividade mineradora. As reservas minerais, exploradas desde o período colonial, mas em especial as de minério de ferro, continuam sendo as mais significativas do país (REZENDE, 2016). Uma vez que os interesses das empresas mineradoras frequentemente divergem dos interesses da população (REZENDE, 2016) surgem, no contexto da exploração mineral, os conflitos socioambientais.

De acordo com Andréa Zhouri e Klemens Laschefski, tais conflitos emergem das "distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material e que a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço" (ZHOURI, LACHEFSKI, 2010, pág. 4). Com base nessa definição, percebe-se que esses conflitos estão intrinsecamente ligados à territorialidade.

¹ Trabalho apresentado na IJ07 - Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – XIX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação, 6º semestre de Jornalismo na Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsista de Iniciação Científica da Pró-reitoria de Pesquisa (PROPI/UFOP). Email: luisa.paiva@aluno.ufop.edu.br

³ Doutora em Comunicação, professora do Departamento de Jornalismo, orientadora da pesquisa, email: adriana.bravin@ufop.edu.br

No entanto, mesmo que essas problemáticas surjam dentro de uma lógica geográfica, as formas pelas quais as mobilizações sociais em torno desses conflitos se organizam não estão exclusivamente ligadas à territorialidade em si. O contexto comunicacional moderno, impulsionado pela revolução tecnológica (CASTELLS, 2013), possibilita a criação de espaços online e atenua a linha entre o território virtual e o físico.

Dessa forma, os ambientes de organização cidadã e movimentos sociais originados dos conflitos socioambientais se estruturam para além do próprio local onde se sente na pele a atividade exploratória; eles se expandem em redes sociais digitais, conectando indivíduos não apenas no espaço material, mas também criando seus próprios lugares e formas de organização.

Em 5 de novembro de 2015, o município de Mariana (MG) testemunhou um dos maiores crimes ambientais do mundo. Foi o rompimento da barragem de Fundão, que continha rejeitos de minério, pertencente à empresa Samarco, uma joint venture entre as mineradoras Vale e BHP Billiton. Esse desastre-crime trouxe à luz uma conscientização sobre os impactos da mineração nos territórios, que anteriormente eram naturalizados. O rompimento gerou um tipo de terror entre os afetados e os residentes próximos às barragens, dando origem ao que se convencionou chamar de “terrorismo de barragem” (MANUELZÃO, 2019).

Uma rede de indignação (CASTELLS, 2013) formou-se, envolvendo cidadãos, cidadãs e diversos movimentos mobilizadores nos territórios afetados pela mineração. Eles buscavam questionar essa atividade e suas consequências. Esse contexto trouxe para a esfera pública os variados riscos e impactos da atividade mineradora, que eram vivenciados, mas não tão enfaticamente questionados.

A “lama invisível” - expressão que surge no contexto do movimentos sociais e que invoca a "imagem" da lama de mineração que ameaça as localidades que vivem sob o "terrorismo de barragem " - circunda principalmente as cidades e distritos de Barão de Cocais, Itatiaiuçu, Macacos, Nova Lima, Rio Preto, Ouro Preto, Itabirito e Antônio Pereira (Ouro Preto). Todas essas localidades estão na região conhecida como Quadrilátero Ferrífero-Aquífero (QFA), de extrema importância devido à presença de aquíferos, áreas de reserva de água que abastecem rios e lençóis freáticos. Ao mesmo tempo, essa região é o epicentro da exploração do minério de ferro em Minas Gerais.

Os crimes ambientais, como os rompimentos da barragem da Samarco, em Mariana, e da Vale, em Brumadinho (em 2019), e a mineração com seus impactos não afetam apenas as cidades que abrigam tais atividades. Eles também impactam diversas outras localidades que dependem da água e dos rios dessas regiões. Isso pode resultar em consequências muito mais amplas do que as calculadas pelas empresas e seus laudos técnicos de “risco”.

Comunicação e cidadania como Direito Humano

O conceito de cidadania contemporâneo está conectado com a esfera comunicativa. Este enfoque assume relevância, uma vez que a comunicação efetiva é um requisito indispensável para a concretização da cidadania, pois o ato de se posicionar e de se perceber como agente social está vinculado à aquisição informacional, à liberdade de expressão e à instauração do diálogo (ANTOLINI, 2016, p.20). A partir disso, surgem as campanhas e os movimentos sociais que lutam contra os impactos desagregadores engendrados pela atividade mineradora.

Nesse cenário onde a informação de rápida circulação impulsiona mercados e indivíduos, engajar-se nesse processo comunicativo denota uma dinâmica de poder. Isso ocorre porque "a informação é uma fonte de poder e o controle sobre seus meios de produção, controle e disseminação pode aprofundar a desigualdade na distribuição de poder em uma sociedade já marcada por disparidades injustas" (ANTOLINI, 2016, p. 21).

Considerando ainda esse jogo de poder, Antolini define que a "cidadania pressupõe participação, mobilização e empoderamento de pessoas e movimentos" (2016, p. 21). Sem uma comunicação verdadeira, afirma a autora, isso se torna impossível. Diante disso, pode-se entender que se comunicar amplifica e permite a organização social e, assim, comunicação e cidadania constituíram, juntas, um direito humano.

A primeira menção ao direito humano à comunicação emerge no relatório da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação (UNESCO, 1980), conhecido como Relatório MacBride, que reafirma tal prerrogativa como um desdobramento das conquistas rumo à liberdade e à democracia (ANTOLINI, 2016, p. 24). A autora, ao contextualizar esses conceitos como mutuamente dependentes, coloca

o direito à comunicação como algo imperativo e que precisa ser compreendido como uma via de mão dupla, garantindo assim o diálogo e a participação.

No entanto, aqui cabem ressalvas de que a concepção de democracia e cidadania – inextricavelmente ligadas à liberdade comunicativa – sofre influências e obstáculos à sua plena conceituação, decorrentes da natureza capitalista da sociedade e da industrialização dos meios de comunicação.

Entretanto, esse reconhecimento não subestima a importância do direito à comunicação livre, da liberdade de imprensa e da liberdade de expressão, pois a ausência do direito à comunicação e da garantia dos instrumentos necessários para esse propósito comprometeria a salvaguarda dos demais direitos, assim como a privação de direitos fundamentais (saúde, educação, alimentação, moradia) prejudica o desenvolvimento do potencial individual na sociedade (ANTOLINI, 2016, p. 28). Antolini, mais adiante, internaliza essa noção ao afirmar:

A conversão das pessoas em números, em objetos, em commodities, constitui uma característica intrínseca do sistema capitalista, no qual o ‘mercado’ emerge como um sujeito, relegando as pessoas ao papel de insumos para a produção de mercadorias ou à condição de consumidores e eleitores (ANTOLINI, 2016, p. 28).

Comunicação e tecnologia: um mundo de mudanças

Pensando na Revolução Tecnológica e na transformação a qual nos referimos anteriormente, é interessante analisar como a forma comunicativa, especialmente no contexto de organização cidadã, se adequa a essa atualização. Milton Santos define essa junção das duas esferas como uma: “[...] interdependência da ciência e da técnica em todos os aspectos da vida social, situação que se verifica em todas as partes do mundo e em todos os países” (SANTOS, 1991, p.84).

Dessa maneira, para além de uma mera reconfiguração no âmbito comunicativo, o desenvolvimento tecnológico acarretará profundas implicações na vivência, construção e desconstrução das interações humanas. Através das plataformas de redes sociais na internet, *locus* de autonomia e ampliada liberdade expressiva, emergiu um

cenário no qual indivíduos passaram a compartilhar suas insatisfações, a se identificar com aspirações alheias e a engajar-se em ações de cunho político. Esses atores, valendo-se de uma interconexão rápida e globalizada, estabeleceram teias de relações que, conforme cunhado por Castells (2013), podem ser descritas como redes de "indignação e esperança". Esses espaços, transcendem fronteiras espaciais, organizações convencionais e burocracias.

A contemporaneidade desses movimentos sociais, os quais se utilizam das mídias digitais tanto como ferramenta quanto como meio de organização, reforça a sua índole democrática, caracterizada por uma postura de "desconsideração" e desconfiança perante partidos políticos e estruturas formais. São movimentos que almejam as raízes da ideologia democrática, alicerçada sobretudo na livre troca de ideias. Ademais, a sua origem recente impossibilita uma categorização sistemática desses levantes, uma vez que se manifestam e se desvanecem de forma concomitante e ágil, moldados por interações e iniciativas que, por sua vez, influenciam e são influenciadas pelo espaço no qual a mudança se materializa (CASTELLS, 2013, p. 08).

No entanto, vale ressaltar que nem mesmo as mídias sociais estão a salvo do poder exercido por meio da coerção (o monopólio da violência, legítima ou não, pelo Estado) e/ou pela construção de significado na mente das pessoas, mediante mecanismos de manipulação simbólica, e tendo em consideração o seu capital tecnológico-informacional (CASTELLS, 2013, p. 08). Mas possibilitam um espaço no meio dessas tantas contrariedades para tais movimentos que buscam desconstruir a atual ordem de poder, participar, definir e reconstruir não apenas a sociedade, mas a maneira como se enxerga o mundo.

Tudo isso porque, em sua essência, a tecnologia comunicacional carrega o valor de liberdade na sua descentralização e na construção de ambientes personalizados, como as redes sociais digitais. Complementando isso, há o fator da conectividade, a globalização das mensagens: é muito mais fácil atingir públicos e dialogar a partir de uma rede social interativa do que a partir da publicação em folhetins, por exemplo. Uma das consequências do uso das redes sociais pelos movimentos é a maior autonomia dos manifestantes.

Mesmo com a importância desse meio, o espaço digital é apenas uma esfera da via para mudança. Nos movimentos sociais, cria-se um espaço público, que tem o papel

de ser livre da territorialidade marcada pela classe e disparidades do espaço urbano. A criação desses espaços é necessária para a materialização do movimento social, o tornando mais visível e acessível, não se limitando apenas a internet (CASTELLS, 2013, p. 12). Além disso, o autor defende que é com a conexão, garantida por esses lugares digitais, que se pode superar o medo. Enxergamos esse exemplo nas redes formadas pelos movimentos observados nesta pesquisa e que serão descritos mais adiante .

Essas redes, criadas para a mudança, não são apenas conectadas internamente para a constituição do movimento. Elas devem mobilizar diversas outras manifestações para que a ideologia interseccione outras necessidades sociais, além da especificamente abrangida pelo movimento. Não há mudança social ou econômica de fato sem abranger direito das mulheres, racismo estrutural, conservação ambiental. É preciso interligar demandas e planejar estratégias que vejam o quadro total como algo muito mais estrutural e interligado (CASTELLS, 2013, p. 17).

Movimentos sociais e suas insurgências

Com relação ao nascimento dos movimentos sociais, pode-se entender que geralmente nascem em momentos em que o andar da vida cotidiana é perturbado (CASTELLS, 2013, p. 127). Crises econômicas, escândalos de corrupção, atos de violência do estado podem ser a centelha para iniciar uma movimentação social. Movidos pela desconfiança no poder público, e na eficiência para trabalhar para o povo, indivíduos se organizam e buscam ser ouvidos, mas além disso, ser protagonistas das decisões que constroem a sociedade. No entanto, muitas vezes, encaram represálias dos governantes, mesmo os que foram escolhidos através das vias democráticas. Através da detenção da força, o Estado busca, pela intimidação e pela violência, se manter no poder.

A comunicação existente nos movimentos sociais será definida pelo autor como “autocomunicação de massa”, a qual é caracterizada por: “[...] redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa, na internet; e mais ainda, nas redes de comunicação sem fio, atualmente a principal plataforma de comunicação em toda parte” (CASTELLS, 2013, p. 129) Essa comunicação é muito mais do que apenas uma ferramenta, tornando-se todo um contexto da sociedade em que esses movimentos sociais surgem.

Carregando as diversas características desse contexto, os movimentos sociais vão surgir a partir da conexão de redes multimodais, expansivas e conectadas além do ambiente *online*, mas também com outras ferramentas da sociedade, como é o exemplo das mídias sociais. Além da comunicação, o próprio movimento tende a transcender o espaço virtual. Com base no espaço urbano, muitas vezes sem um centro único e sem uma liderança específica, os movimentos buscam se conectar com seus mais diversos núcleos.

Tal característica facilita a maior adesão ao movimento e reduz sua vulnerabilidade, já que não há um ponto central para ser combatido e, sim, diversas redes interligadas. Além disso, essa forma de organização simboliza muitas vezes a própria ideologia do movimento, já que tal descentralização propicia uma desburocratização e maior participação e transparência (CASTELLS, 2013, p. 129).

A partir disso, a noção do tempo, como é conhecida, também é reformulada. Já que experienciamos o tempo a partir do nosso cotidiano, nos movimentos, ao se reformar a forma de se viver, criam-se também novas noções de tempo, afirma Castells.

O tempo atemporal, uma forma transhistórica que combina dois tipos diferentes de experiência. Por um lado, nos lugares ocupados, vivem um dia após o outro, sem saber quando virá a expulsão, organizando sua vida como se essa pudesse ser a sociedade alternativa de seus sonhos, ilimitada em seus horizontes e livre das restrições cronológicas de suas disciplinadas vidas anteriores. Por outro lado, em seus debates e projetos, referem-se a um horizonte de possibilidades ilimitado. [...] Vivem no momento em termos de sua experiência e projetam seu tempo no futuro do processo de construção histórica, por antecipação. (CASTELLS, 2013, p. 130).

Mesmo buscando (re)imaginar nossa realidade, as metas dos movimentos sociais, muitas vezes parecidas com utopias, não são de fato irrealizáveis. Visto que até mesmo as diversas doutrinas hoje já aplicadas como democracia, socialismo e liberalismo, se originaram de um ideal, muitas vezes de base utópica (CASTELLS, 2013, p. 133). A utopia geral, que rege os novos movimentos sociais é a de liberdade do sujeito em meio às instituições impostas na sociedade. Nele a transformação deve ocorrer a partir da recusa da convivência, o objetivo deve ser de se transformarem as relações de poder, e a maneira de se viver cotidianamente com as estruturas sociais.

Diferentemente dos antigos movimentos sociais da contracultura, que foram desencadeados nos anos 60 e estruturados principalmente nas universidades, hoje a internet cria um espaço de maior autonomia e rápida difusão: “As redes sociais digitais baseadas na internet e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir” (CASTELLS, 2013, p. 135). Esse lugar, além de abrigar o movimento social, o protege, o faz sobreviver e permite que o mesmo delibere e, assim, cresça.

Depois de discutir sua formação, é importante entender também, as diversas formas de se atingir resultados com os movimentos, uma delas e a mais usual é através da reforma política. Com isso, cria-se uma difícil conciliação entre os ideais anti-institucionais e o que terá que ser adaptado para a reforma social:

Isso cria um grande dilema, tanto analítico quanto prático, quando se avalia a produtividade política de movimentos que, na maioria dos casos, não acreditam nas atuais instituições políticas e se recusam a crer na viabilidade de sua participação nos canais de representação política predeterminados (CASTELLS, 2013, p. 138).

Esse dilema se dá pelo princípio da democracia ser aliada a liberdade, mas, no entanto, ser atrapalhada pelas diversas burocratizações que a máquina política impõe para seu funcionamento. Nessas condições, seria impossível uma vinculação desses movimentos a uma reforma política, mesmo que de forma paradoxal, ela fosse necessária para uma mudança em si. No entanto, tal barreira deve ser superada, visto que é um trabalho necessário para a dissolução de diversas desigualdades e abusos públicos: “[...] No entanto, o amor entre o ativismo social e o reformismo político não parece impossível. É simplesmente oculto da vista do público, enquanto os cidadãos oscilam mentalmente entre desejo e resignação” (CASTELLS, 2013, p. 140).

Assim, como o tempo do movimento social é diferente, sua morte também. Mesmo que suas estruturas sejam dissolvidas ou transformadas, o poder e relevância política do movimento social continua:

Porque a única questão relevante para se avaliar o significado de um movimento social é a produtividade histórica e social de sua prática e seu efeito sobre os participantes como pessoas e sobre a sociedade que ele tentou transformar (CASTELLS, 2013, p. 141).

Entretanto, o que permanece são os recém-suscitados questionamentos e, fundamentalmente, novos paradigmas de exercício do poder. Isso é especialmente evidente no contexto democrático, pois, caso os cidadãos não disponham de novos meios para instituir governanças, engajar-se na esfera política e conceber programas que alinhem-se com suas exigências, a mudança efetiva torna-se elusiva: “O legado dos movimentos sociais em rede terá sido afirmar a possibilidade de reaprender a conviver. Na verdadeira democracia.” (CASTELLS, 2013, p. 144).

Os movimentos socioambientais mineiros e a luta contra a mineração

A partir das discussões iniciais sobre comunicação e cidadania, e suas conexões com democracia, direito à comunicação, movimentos sociais em rede, partiu-se para a realização de uma cartografia atópica (DI FELICE, 2017) dos movimentos ou coletivos que expressavam protesto em relação aos conflitos causados pela mineração na região do Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais.

Para alcançarmos essas mobilizações sociais via redes sociais, objetivamos responder: quais redes eram mais utilizadas pelos grupos e quais as hashtags mobilizadas eram utilizadas nesse ambiente, considerando essas ferramentas como necessárias para a compreensão sobre o alcance das ações mobilizadas pelos movimentos. Para isso, o trabalho foi dividido em duas fases:

- A) Mapeamento das redes e movimentos sociais (Fase 1):** Foram cartografadas as redes de movimentos sociais e de coletivos em rede (SCHERER-WARREN, 2013) atuantes no Facebook, Instagram e Twitter, considerando, ainda, campanhas (momentos de mobilização) e mídias alternativas formadas por essas redes de atuação cidadã que operam, *on e off-line*, principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A partir desse movimento cartográfico foram cruzados os enlaces entre os movimentos, coletivos e as principais hashtags utilizadas em suas redes, com o objetivo de compreender e identificar, a partir de categorias pré-definidas, aqueles movimentos e hashtags que alcançavam maior visibilidade e interação do público.

B) Mapeamento das redes e movimentos sociais no Google Trends a partir da cartografia inicial e Mapeamento de hashtags (Fase 2): A partir da cartografia realizada inicialmente, foi possível selecionar os movimentos e compreender as especificidades de suas linhas de atuação, além de identificar aqueles que geravam maior nível de engajamento e, portanto, alcançavam maior visibilidade. Dessa forma, tínhamos como objetivo também mapear as principais hashtags e seus picos de utilização. Além disso, queríamos saber o motivo desses “ups” de procura e compartilhamento, intencionando, ainda, saber se possuíam relação com eventos específicos realizados pelos movimentos com notícias e acontecimentos emblemáticos.

Considerando-se o contexto tecnológico comunicacional, onde as redes sociais digitais são parte essencial da forma mobilizadora dos movimentos levantados nesta pesquisa, resolvemos olhar para as ferramentas mais utilizadas pelos mesmos no período entre agosto e novembro de 2022 e como eles se organizavam no infoterritório (MARTINUZZO, 2016) em questão.

Nesta cartografia das redes de ecologia comunicativa (DI FELICE, 2017) referente aos movimentos socioambientais e campanhas em favor das serras e contra a mineração em Minas Gerais, notou-se, com destaque, três movimentos e uma campanha muito atuantes no ambiente online, além de sete hashtags relativas aos principais assuntos/temas em debate nas redes desses movimentos, no período de agosto até novembro de 2022.

Neste levantamento, além de abranger as redes sociais supracitadas, utilizou-se a ferramenta Google Trends, da Google. Os movimentos que se destacaram nesse levantamento foram: Movimento Não Cava, Movimento Serra do Curral, Rola Moça Resiste e Não Vale Uma Moeda; e a campanha que chamou a atenção durante o ano de 2022, "Tira o Pé da Minha Serra". As hashtags que emergiram dessas interações foram: #tiraopedaminhaserra, #salveaserradocurral, #serradocurralbh, #nãovaleumamoeda, #aserradocurralénossa, #nãocava, #aserradocurralénossa.

Esse mapeamento inicial (Fase 1), indicou que a rede social mais destacada utilizada pelos movimentos e pelas campanhas socioambientais observadas é o Instagram, com pouca prevalência no Twitter e no Facebook. Também indicou quais movimentos estavam mais presentes nessas redes, números de seguidores, há quanto tempo estavam na rede e se realizavam ações no ambiente offline ou não. Além disso,

podemos observar os movimentos que se conectavam entre si através do compartilhamento de hashtags, artes e posts, auxiliando na divulgação de suas lutas e no engajamento do público, não agindo de forma isolada, e mobilizando conjuntamente.

Desse modo, destacaram-se neste mapeamento os movimentos: Não Vale uma Moeda (@naovaleumamoeda), com 2.476 seguidores; Não Cava (@naocava), com 3.052 seguidores; Rola Moça Resiste (@rolamocaresiste), com 2.483 seguidores; Movimento Serra do Curral (@mexeucomaserradocurral), com 2.501 seguidores e, por fim, o Tira o Pé da Minha Serra (@tiraopedaminhaserrabhmg) uma página não oficial da campanha, criada por um seguidor, com 1.609 seguidores.

Esses dados correspondem a uma contagem até o mês de agosto de 2022. Foi notado que, embora a página "Tira o Pé da Minha Serra" não seja "oficial" da campanha, no Instagram, a campanha compartilhada é a que mais aparece e mais se interliga aos outros movimentos.

Também observamos que alguns movimentos usam aplicativos de mensagem como agregadores para a mobilização, como o Telegram e o Whatsapp (a partir de seus perfis no Instagram). Neles, o material da campanha mobilizada é liberado e busca-se engajar os usuários para que compartilhem, mobilizando outros usuários em rede e promovendo ações conectivas ininterruptas. Dessa forma, a mobilização desses movimentos consegue engajar seu público interno (outros movimentos) e externo (sociedade de maneira mais ampla, para além da bolha ambiental), mobilizando diferentes públicos por meio do compartilhamento de conteúdos e hashtags.

Esse foi o caso da campanha intitulada #tiraopedaminhaserra, que não possui conta própria nas redes sociais, mas utiliza uma plataforma de ativismo social, o BONDE, criado pela Rede Nossas Cidades, o NOSSAS. Esta campanha, assim como sua hashtag, aparece em outras contas de movimentos e mobilizações que identificamos no Instagram, como o Movimento Serra do Curral. Percebemos, a partir do compartilhamento entre os movimentos mapeados, materiais semelhantes sobre a campanha recente contra a mineração na Serra do Curral, indicando o mesmo "fornecedor" do conteúdo, ou seja, os ativistas da campanha #tiraopedaminhaserra.

Essa campanha produziu e forneceu materiais próprios para diferentes momentos da mobilização e diferentes redes sociais - Instagram, Twitter, Facebook - e outros formatos, como adesivos, projeções e lambe-lambes, utilizando um design

ativista que é visualmente atrativo, conferindo identidade e estimulando o engajamento. Os materiais são disponibilizados por meio de uma pasta compartilhada no Google Drive. Ao acessar o número de WhatsApp da campanha, disponível em uma plataforma de mobilização, o usuário obtém acesso à pasta no Drive, de onde pode extrair os materiais e participar da campanha, mobilizando suas redes sociais.

A partir desse levantamento inicial, passamos a observar como as hashtags foram utilizadas pelos grupos e coletivos e como elas conseguem agregar atores e assuntos dentro dessas redes sociais (Fase 2), e o que o uso delas significa ou busca agregar para o engajamento. Das hashtags mapeadas, também no período de agosto a novembro do mesmo ano, foram selecionadas aquelas que mais apareceram em incidência nos movimentos analisados, apenas na barra de busca no Instagram.

Nessa rede as hashtags que mais foram citadas são: #tiraopedaminhaserra, #salveaserradocurrall, #serradocurrallbh, #nãovaleumamoeda, e as menos citadas são: #aserradocurrallénossa, #nãocava, #aserradocurrallénossa. Além disso, a hashtag #valenada também apareceu em destaque, sendo a mais compartilhada, mas por ser um termo genérico, pode ser usada para além do contexto da mineração.

Ao buscarmos observar os termos mais pesquisados no Google Trends que nos interessavam, procuramos cruzar a temporalidade - ou seja, os períodos de maior interesse no assunto, relacionados aos conflitos com a mineração, com informações disponibilizadas nas redes sociais dos movimentos durante esse período de "pico de pesquisas". Partimos dos grupos/coletivos que identificamos como mais ativos na rede - Movimento Não Cava, Movimento Serra do Currall, Rola Moça Resiste, e a campanha Tira o Pé da Minha Serra.

Com base nesse cruzamento, notamos que os picos de pesquisa no Google Trends estavam, na maioria das vezes, relacionados a eventos gerados pelos próprios movimentos, como mobilizações, eventos, denúncias ou publicações na imprensa sobre ações das mineradoras ou manifestações de políticos aliados à luta contra as mineradoras, conforme demonstrado na tabela (Tabela 1). Dessa forma, pudemos observar o poder de mobilização e de promoção de ações conectivas desses coletivos, campanhas e movimentos, sendo que a campanha "Tira o Pé da Minha Serra" alcançou maior visibilidade nessa ferramenta.

Tabela 1: Mapeamento Google Trends

TERMO PROCURADO	DATAS DE PICO	POSTAGEM
-----------------	---------------	----------

Não Cava	06-12/02/2022	Dificuldade de mapeamento pelo nome ser algo mais genérico, podendo remeter a coisas além do movimento. Nesses dias não houve postagens;
Serra do Curral	01-07/05/2022	Matéria no Jornal Hoje, acerca da Serra do Curral
Tira o pé da minha Serra	13-19/03/2022 01-07/05/2022	Nada referente ao período nas redes sociais do movimento Diversas manifestações promovidas pela campanha: https://www.instagram.com/p/CdBfixXISyt/ https://www.instagram.com/p/CdBDsCtjLLb/ https://www.instagram.com/p/CdHSguPpuVn/ Falas de deputados e vereadores na Câmara Municipal de BH: https://www.instagram.com/p/CdHTckIJy7U/ https://www.instagram.com/p/CdLhTMpFYfj/ https://www.instagram.com/p/CdMvvcvFSj0/ https://www.instagram.com/p/CdM0HrRlwEg/

Conclusões

Diante disso, entende-se um pouco mais sobre a forma de organização gerada a partir dos conflitos socioambientais decorrentes da atividade mineira. Além de entender como a comunicação é intrinsecamente ligada e impactada com as mudanças tecnológicas. Essas práticas analisadas se utilizam do movimento on-line para mobilizar o offline e expressam em si um retrato social íntimo da nossa relação com as tecnologias e meios de comunicação.

O rompimento da barragem de Fundão, da empresa Samarco, em Mariana, em 2015, e da barragem do Córrego do Feijão, da empresa Vale, em Brumadinho, em 2019, e tantos diversos outros conflitos socioambientais despertaram uma conscientização acerca dos impactos da mineração nos territórios e mobilizou diversos movimentos questionadores da atividade e de seus impactos. Essas mobilizações, campanhas e

formas mobilizadoras buscam novas formas de contestação, de expressão e de reivindicação do seu território, gerando novas conexões em rede que permeiam tanto o offline quanto o infoterritório.

Nesse sentido, os movimentos analisados se organizam comunicacionalmente de forma conjunta, mesmo que com suas próprias singularidades e demandas. Além disso, entende-se que mesmo seu ativismo se baseando exclusivamente em uma forma não tradicional, mais independente dos meios de comunicação e quase que “hacker”, no sentido de tomar seu próprio espaço nas mídias, eles são extremamente beneficiados quando recebem notoriedade nas televisões, pelos movimentos políticos e rádio; chegando em um público mais amplo.

É importante entender que os crimes ambientais e a mineração com seus impactos não afetam apenas as cidades onde as atividades mineradoras são realizadas, mas diversas outras que dependem da água e dos rios dessas localidades, podendo assim ter consequências muito maiores do que o projetado pelas empresas e seus laudos técnicos de "risco".

Diante dessa conexão, esses impactados em rede geram novas formas de se organizar, comunicar, resistir, enxergar o tempo e elaborar novas esperanças. A fomentação dessas organizações com novas formas comunicativas expressa uma especificidade própria, repetida em diversas outras esferas sociais. Sua análise diz acerca dos movimentos, mas também sobre a própria identidade e relações que se tem com o lugar e das suas formas comunicativas, além das organizacionais. Como dito na introdução deste trabalho, são organizações, no sentido mais amplo da palavra, que nascem de inquietações, que reivindicam seus lugares, elaboram novas formas de vivência e constituem um espaço de participação totalmente permeado pelos embates formados pela mineração. Esses embates não geram apenas uma indignação em si, mas são precursores de uma rede de cidadania que une e organiza indivíduos em torno de uma causa.

Referências bibliográficas

ANTOLINI, M. A comunicação dos movimentos sociais como meio de empoderamento para a cidadania. 2016. 129 f. Monografia (Mestre) - Universidade Federal do Espírito Santo, [S. l.], 2016.

CASTELLS, M. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 228 p.

FELICE, Massimo Di. Net-Ativismo. Da ação social para o ato conectivo. São Paulo: Paulus Editora, 2017

MANUELZÃO. O terrorismo das barragens. Revista Manuelzão, n. 84, p. 22, 2019. Disponível em: <https://manuelzao.ufmg.br/biblioteca/revista-manuelzao-84/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

MARTINUZZO, J. A. Prólogo - Territorialidade: o que é isso?. In: MARTINUZZO, J. A.; TESSAROLO, M. (orgs.). Comunicação e territorialidades: as pesquisas inaugurais do primeiro Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Espírito Santo. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Comunicação Social, 2016.

REZENDE, M. A. B. A dinâmica social das novas tecnologias da comunicação. Sociologias, v. 18, n. 41, p. 52-83, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/t88hDp8F66Rpt5FjQBDFdn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.

SANTOS, M. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. Caderno Prudentino de Geografia, São Paulo, v. 13, p. 6, 15 fev. 1991.

SANTOS, M. Espaço do cidadão. 7. ed. São Paulo: EdUSP, 2007. 163 p.

SANTOS, M. O retorno do território. OSAL: Observatorio Social de América Latina, v. 6, n. 16, jun. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. ISSN 1515-3282. Acesso em: 24 mar. 2023.

ZHOURI, Andréa; LACHESFKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais. [S. l.: s. n.], 2010. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/nr24h>. Acesso em: 24 mar. 2023.